

Artigo de Opinião

A questão do desarmamento no Brasil

Guerra Quente

Por Eduardo Fechus Becker Reis
3º ano EM

“Não sei como será a Terceira Guerra Mundial, mas a Quarta, certamente, será com paus e pedras.” (Nem eu!) A citação de Albert Einstein, físico teórico alemão, foi dita no período das grandes guerras mundiais, e explicita o caráter letal das armas para a civilização humana. No Brasil, em 2003, o porte de armas de fogo foi drasticamente reduzido, e atualmente, há muitas discussões acerca da viabilidade do desarmamento. Ora, convenhamos: a insegurança da sociedade, somada às estatísticas de homicídio e de outras notas de violência são importantes acenos para a liberação do porte de armas – mas não a solução. A questão demanda a imediata intervenção de atores governamentais, no que seja pertinente à recuperação da Segurança Pública.

A História registra que, durante o período da Guerra Fria, os EUA e a extinta URSS disputavam a supremacia bélica e tecnológica, o que caracterizou a Corrida Armamentista. Apesar do avanço de ambos os países, o mundo inteiro estava inseguro diante da eminência de um conflito armado. Tal cenário demonstrava que a posse de armas não era sinônimo de segurança plena, pois elas eram – e são – ferramentas potenciais às atrocidades. O mesmo podemos dizer do Estatuto do Desarmamento Brasileiro, verdadeira panaceia para a violência.

Na obra *Freakonomics (Economia excêntrica)*, em tradução livre, uma parceria do jornalista Stephen J. Dubner e do economista Steven Levitt, há provas robustas, segundo pesquisa e análise social, de que a principal razão da violência é a falta de acesso à educação e a boas condições de vida em regiões periféricas – cenário comum do Brasil. Isso comprova que a violência surge com a falha na formação social e ética dos cidadãos, e infere-se, portanto, que é preciso investir na causa e não na consequência de toda essa questão. É inegável que não devemos combater a violência com mais violência – liberar o porte de armas a todos os cidadãos é fomentar a violência.

Deve-se, portanto, deixar as armas nas mãos dos responsáveis, de fato, pela Segurança Pública – as Forças Armadas. É dever do Estado ater-se às raízes do comportamento violento, promovendo qualidade de vida e formação educacional à população carente – ainda que não a única fonte do problema. A sociedade, por seu turno, deve desapegar-se do senso comum, segundo o qual a violência diminuirá, caso o Estatuto do Desarmamento seja revogado, ocasião em que, em tese, nós, cidadãos brasileiros, poderíamos nos autodefender com armas de fogo. Isso não se confirma – muito pelo contrário: o tiro pode sair pela culatra.